



# Reitor defende a expansão do ensino superior no País

“Temos que lançar como meta para 2022 colocar 40 de cada 100 jovens de 18 a 24 anos na educação superior. Isto colocará o Brasil em outro patamar”

O Jornal Voz do Oeste abre espaço para uma entrevista com o Reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS, professor Dilvo Ristoff. Em seis questões elaboradas pelo Jornal, Ristoff debate o início dos trabalhos na primeira Universidade Federal de Chapecó, o diferencial da instituição na seleção de alunos, a qualidade do ensino superior no País e as necessidades do setor eleito sempre como prioridade pelas propostas dos candidatos a governantes. Em entrevista ao jornal, o reitor também aponta as conquistas e os desafios da UFFS, perante a um público regional proveniente de escolas públicas, exatamente o público alvo dessa instituição.

**Voz do Oeste:** Como está a demanda de alunos e professores neste primeiro ano de Universidade Federal Fronteira Sul?

**Dilvo:** Tivemos no primeiro processo seletivo um pouco mais de cinco candidatos por vaga em média. Esta média é um pouco menor que a da UFSC, que está situada numa região de concentração populacional bem maior e já tem 50 anos de história. Portanto, nossa análise é que a procura foi excelente. Alguns cursos foram bastante concorridos, como Engenharia Ambiental e Energias Renováveis, Medicina Veterinária, Arquitetura, com mais de 20 candidatos por vaga. Outros também tiveram excelente procura, como as Agronomias, a Enfermagem, Ciências da Computação e licenciatura em Ciências. Da mesma forma, os professores mostraram grande interesse em vir trabalhar na UFFS. Tivemos, no primeiro concurso, 3.000 candidatos para 165 vagas. No segundo, tivemos 1500 candidatos para 120 vagas. Ou seja, foi possível fazer um processo seletivo rigoroso e que, certamente, terá grande impacto sobre a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão na instituição nos próximos 30 anos.

**Voz do Oeste:** Como conhecedor do ensino superior no país e no estado, de que forma o senhor enxerga o setor no oeste catarinense? Em que a UFFS soma?

**Dilvo:** Somos hoje, já no primeiro semestre de funcionamento, a instituição de ensino superior no oeste catarinense com o maior percentual de doutores no quadro. No segundo concurso este percentual aumentou consideravelmente e chegaremos ao final do primeiro ano com mais da metade dos nossos professores com o título de doutor. Isto é significativo, pois nos permitirá iniciar mestrados e

doutorados e criar espaços para pesquisas e estudos avançados que terão forte impacto na formação de recursos humanos na região. A UFFS também deverá nos próximos anos ter forte impacto sobre a área de energias renováveis, meio ambiente, agroecologia e formação de professores. Em um estado que produz cerca de 1.800.000 m<sup>3</sup>/dia de dejetos suínos, com forte impacto sobre o meio ambiente, é impossível não ter fortes linhas de pesquisa e de extensão que cuidem desta questão, transformando o problema em riqueza, em energia, em calor, em adubo orgânico, em ambiente limpo. Também teremos forte presença na formação inicial e continuada de professores. Vamos criar um grande centro de apoio permanente aos professores atuantes na rede que, como contrapartida, dará aos nossos cursos de licenciatura linhas de pesquisa que partam da realidade, diferente do que ocorre em muitas instituições do país, onde o professor se forma com muitas teorias difusas e mal apreendidas e com quase nada de prática. Em breve nos tornaremos a melhor universidade do estado e, em alguns anos, talvez a melhor do país, na formação de professores.

**Voz do Oeste:** Como idealizador da metodologia de seleção da Universidade Federal Fronteira Sul, que bonifica o estudante de escola pública, sem desclassificar quem estudou em particulares, o senhor acredita nesse diferencial como progresso na educação no país? De que forma o senhor diferencia o método dos demais aplicados nas universidades, especialmente o sistema de cotas?

**Dilvo:** Cerca de 90% das matrículas do ensino médio brasileiro é de estudantes das escolas públicas. Quando se chega às universidades federais em geral percebe-se que em alguns cursos até 92% dos alunos são oriundos dos 10% da escola privada. Isto é uma perversidade social inaceitável. Foi por isso, que numa visão sistêmica da educação, vista no seu todo e nos diversos níveis, decidimos que teríamos que bonificar os estudantes oriundos das escolas públicas para garantir uma paridade mínima na sua representação em todos os cursos. Decidimos, ainda, que como a escola pública é gratuita e, portanto, nela podem estudar pobres e ricos, pretos, mulatos, brancos, indígenas, asiáticos, filhos de trabalhadores, agricultores e empresários, enfim, pessoas de todos os grupos sociais, que o uso de quotas seria desnecessário se adotássemos a bonificação. Foi assim que, sem quotas raciais ou sociais de qualquer natureza, conseguimos garantir a presença na UFFS de 91% dos estudantes da escola pública em todos os cursos. Percebemos,

também, que os grupos sociais e raciais estão proporcionalmente bem representados no campus. A fórmula deu tão certo que outras universidades já estão utilizando a fórmula, entre elas a Unila, que já adotou, e a UFRJ que está estudando o modelo.

**Voz do Oeste:** Como o senhor avalia as estatísticas do ensino superior no país, que revelam o surgimento de novas universidades, porém não escondem a carência profissional no mercado? Diante disso, qual o perfil do acadêmico hoje?

**Dilvo:** As estatísticas mostram que no Brasil apenas 15 de cada 100 jovens de 18 a 24 anos estão na educação superior. Este percentual é baixíssimo se comparado com a maioria dos países desenvolvidos do mundo, que já superaram 40% há décadas. Precisamos, pois, pensar em expandir a educação superior para garantir que mais energias criativas possam ser colocadas a serviço do desenvolvimento nacional. Mas precisamos expandir com qualidade, com ênfase em certas áreas absolutamente estratégicas para o país. O temor histórico da massificação da educação superior tem sido atenuado pela pura e simples percepção da necessidade de expandir, mas também por uma percepção da imagem de

futuro para o país que passou a ganhar corpo nos últimos anos. A visão que mobilizou os legisladores que fizeram o Plano Nacional de Educação e o próprio presidente Lula foi expressa na idéia de que “nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior”. No entanto, fica evidente que um sistema de educação superior que se queira forte e que não sirva unicamente às elites, tem que encarar de frente tanto a questão da quantidade como a da qualidade. A avaliação e os sistemas de supervisão do MEC aos poucos começam a garantir mais qualidade. Mas há que se cuidar também de superar o desequilíbrio de oferta. Apenas para exemplificar: em um país continental, com gigantes-

**“Cerca de 90% das matrículas do ensino médio brasileiro é de estudantes das escolas públicas. Quando se chega às universidades federais em geral percebe-se que em alguns cursos até 92% dos alunos são oriundos dos 10% da escola privada. Isto é uma perversidade social inaceitável”**

cas áreas agricultáveis e aquícultáveis, é inaceitável que tenhamos nestas áreas um baixíssimo número de cursos de agronomia e de aquícultura se comparado às demais áreas da educação superior como um todo. Deveremos, por isso mesmo, num futuro próximo, ter políticas de incentivo à abertura de cursos mais vinculados a programas de Estado, que buscam inspiração na imagem de futuro para o país -- um país avançado nas ciências e na tecnologia, um país capaz de consolidar a sua soberania. As áreas de Agronomia, Agroecologia, Aquícultura,



engenharia Ambiental e Energias Renováveis, as Licenciaturas e as Engenharias e os cursos pós-médios profissionalizantes, etc. deverão experimentar grande desenvolvimento. Nas licenciaturas, as áreas mais carentes (física e química, por exemplo) deverão receber apoio especial, acompanhadas de políticas de valorização dos professores.

**Voz do Oeste:** *Qual a eficácia dos exames que avaliam a qualidade da educação no país, como Ideb, Enem e Enade? Eles garantem resultados concretos?*

**Dilvo:** O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) tem o grande mérito de colocar cada estado, município e escola do país diante de metas específicas de qualidade e de fluxo estudantil. Tem também o mérito de despertar nos diretores, gestores, professores e secretários da educação a preocupação com descritores dos conteúdos que devem ser estudados. Como não temos currículo mínimo no país, temos através do exame a afirmação de competências, conteúdos e perfis desejados. E isso é muito bom para a melhoria da qualidade! O Enem é hoje, na prática, um exame universal do ensino médio. Ele é muito melhor que o vestibular, pois busca avaliar o que efetivamente deve ser estudado no ensino médio, sem ter a preocupação de eliminar a grande maioria dos candidatos. A sua transformação em exame baseado na teoria da resposta ao item permitirá, quando o seu banco de itens estiver suficientemente amadurecido e expandido, que se retire dele um pouco do caráter

bombástico e midiático que cada aplicação hoje assume, pois a sua aplicação poderá ser feita várias vezes ao ano e sob demandas localizadas. Ele passará então a ser incorporado ao dia a dia das instituições, a exemplo do que ocorre com o GRE e o SAT americanos. Por fim, o Enade. Este exame tem o grande mérito de organizar o sistema educacional. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) orientam tanto os Projetos Pedagógicos de cada curso do país como a prova aplicada de três em três anos aos ingressantes e concluintes dos cursos de graduação. Isto tem um efeito pedagógico extraordinário e quem analisa os dados ano a ano percebe que isto tem impacto positivo extraordinário sobre os coordenadores dos cursos de graduação. Esta consciência tem pouco impacto na mídia, mas ela tem grande importância no campus. O que a mídia não percebe é que exames de larga escala não seguem a avaliação baseada em critérios, mas em norma, e que por isso se avaliássemos pelo Enade apenas os 100 melhores cursos do país ainda assim teríamos cerca de 12% de notas 5, 18% de 4, 40% de 3, 18% de 2 e 12% de 1. Se são os 100 melhores, por que temos que ter cerca de 30% de cursos ruins??? É por isso que o Enade não é visto como a avaliação do curso, esta sim, feita uma a uma, com base em critérios, através de visitas in loco. Poucos percebem que ela acontece. O protagonismo que o Enade conquistou não estava no seu desenho original e acho que ele prejudica

um pouco o seu entendimento pela maioria da população, mas a quantidade de informações que gera para a avaliação dos cursos do país é extraordinária e extremamente útil para quem cuida da graduação brasileira. Quando daqui a dois anos o seu banco de itens, atualmente em construção, estiver concluído, o Enade ganhará novo significado e passará a ter um reconhecimento ainda maior do que o que tem hoje, dentro e fora do país.

**Voz do Oeste:** *Aproveitando o momento eleitoral, que propostas o senhor acredita ser necessárias para melhorar a educação no país?*

**Dilvo:** Além do acima exposto, penso que poderíamos sugerir aos candidatos o seguinte:

**“As estatísticas mostram que no Brasil apenas 15 de cada 100 jovens de 18 a 24 anos estão na educação superior. Este percentual é baixíssimo se comparado com a maioria dos países desenvolvidos do mundo, que já superaram 40% há décadas”**

1. Superar a política de expansão para chegar a uma política de democratização efetiva de acesso a estudantes carentes (valorização da escola pública de ensino médio deveria ganhar mais atenção);

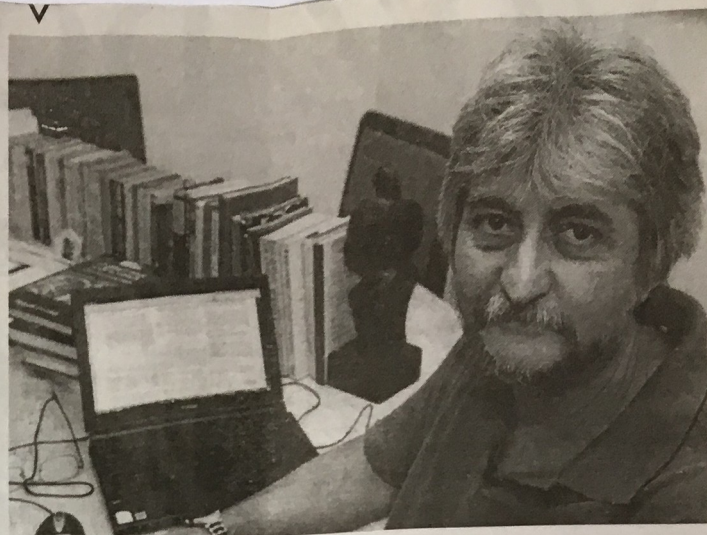
2. Buscar um equilíbrio mais adequado entre o público e o privado (Privatização precisa diminuir percentualmente, com expansão de campi públicos, criação de novas IES públicas, expansão do Reuni, criação de mais vagas noturnas nas IFES, etc.);

3. Trabalhar a diversidade de modelos (temos que continuar com a forte expansão de cursos tecnológicos e de novas titulações já iniciada, colocando-os em maior sintonia com as necessidades regionais e nacionais);

4. Descentralizar, sem balancear, o sistema de educação superior (O país precisa rever as atribuições constitucionais em relação à educação, com forte impacto sobre todo o sistema. A questão da definição do piso salarial para professores da escola de educação básica deu clara demonstração de que os níveis de governo estão fora de sintonia, respaldados pela Constituição. Isto precisa ser revisto);

5. Promover o equilíbrio Regional de oferta de educação superior (precisamos cuidar da expansão em todo o país, mas os números mostram que a educação superior está basicamente concentrada nos sete estados do sudeste e sul. O norte, nordeste e centro-oeste precisam experimentar maior expansão);

6. Democratizar a permanência no campus (pre-



cisamos reforçar as políticas que tornem possível que estudantes carentes possam efetivamente realizar os seus estudos, reduzindo a evasão; se levarmos em conta que a democratização da educação básica trará exércitos de jovens mais pobres às portas da universidade, esta política é fundamental);

7. Superar o desequilíbrio de oferta (sobre o qual já falei acima. Temos que aprender a respeitar todas as áreas do conhecimento sem temer a priorização de certas áreas em momentos históricos em que elas adquirem função estratégica para o desenvolvimento do país);

8. Superar a ociosidade de vagas na educação superior (há mais de um milhão de vagas ociosas no ensino superior privado). Creio que programas de valorização do ensino médio, expansão de programas de bolsas e de financiamento estudantil poderiam auxiliar.

9. Manter a política de apoio público à titulação do corpo docente, com políticas de indução à senioridade de docentes titulados, especialmente para melhorar a qualificação nas IES privadas, que frequentemente demitem doutores porque representam custos mais altos. Os instrumentos do sistema de avaliação precisam captar estas anomalias.

10. Acelerar o incremento da taxa de escolarização para atingir percentuais compatíveis com as necessidades do desenvolvimento, reduzindo a exclusão, valorizando talentos individuais e a inteligência coletiva. Temos que lançar como meta para 2022 (ano do nosso bicentenário da independência) colocar 40 de cada 100 jovens de 18 a 24 anos na educação superior. Isto colocará o Brasil em outro patamar.

Estes dez desafios poderiam, para fins de simplificação, ser resumidos em apenas dois, o primeiro preocupado com a quantidade e o segundo com a qualidade -- as duas faces da mesma moeda: não abrir mão do sonho de chegar a 2022 com 40% dos jovens na Educação Superior; consolidar o Sistema Nacional de Avaliação (Sinaes) para garantir que as nossas instituições possam efetivamente contribuir para o avanço da arte e da ciência, colocando-as a serviço da melhoria da qualidade da vida de toda a população.